

NOSSA LUTA TAMBÉM NAS REDES SOCIAIS!

CURTA O SMC NO FACEBOOK

www.facebook.com/metalurgicosdecuritiba



• MOBILIZAÇÃO • LUTAS • DIREITOS • CIDADANIA





Diretoria Efetiva Presidente

Sérgio Butka

Vice-Presidente Cláudio Gramm

2° Vice-Presidente Nelson Silva de Souza

Secretário-Geral

Jamil Davila

1° Secretário Olário Krieger

2° Secretário

José Roberto Athayde

Tesoureiro Geral

Francisco de Assis Neves Martins

1° Tesoureiro

Gerson Luiz Vuicik

2° Tesoureiro

Roberto Eltermann

Diretor Administrativo

Paulo Roberto dos Santos Pissinini

Diretor Administrativo

Pedro Celso Rosa

Diretor Administrativo

Osvaldo da Silva Silveira

Diretor Administrativo

Edson Antônio dos Anjos

Diretor Administrativo

Salvador Antônio Vatrin

Diretor Administrativo

Wilson Tataren

Diretor Administrativo

Diamiro Cordeiro da Fonseca

Palayra do Presidente



Economia deve servir os cidadãos e não o setor financeiro!

ara que serve a economia de um país?
Qual é a finalidade última dos complexos sistemas de trocas de mercadorias, circulação de moeda e geração de riquezas?
Será que a economia deve servir aos cidadãos de seu país ou deve, primordialmente, atender aos interesses de lucros dos poucos donos de capitais bilionários, especuladores do setor financeiro?

No contexto recessivo como o que vivemos hoje no Brasil, muito se fala em "apertar o cinto" para pagar as contas. Diante de medidas amargas, como aumento de impostos e redução de investimentos sociais (educação, habitação, saúde...), profissionais da mídia com naturalidade pueril se lançam a entrevistar membros de Febraban (entidade que representa os bancos) para saber "deles" se esse é o caminho certo a ser seguido, como se "banqueiros", que só pensam nos próprios lucros, fossem fontes confiáveis para dizer se estamos no rumo certo.

O problema é que não é só a mídia que entrega o galinheiro aos cuidados da raposa. Nossos governos também têm feito isso. Não é de hoje que "gente dos banqueiros" tem ocupado os postos-chaves na condução da economia. Na gestão de FHC, era Armínio Fraga. Depois, com Lula, veio Henrique Meirelles. Agora, com Dilma, é Joaquim Levy. A presen-

"Conduzindo a política econômica, elevaram a dívida pública a níveis gigantescos e agora querem nos repassar a conta" "Banqueiros já embolsam metade do orçamento do Brasil, mas querem mais, tirando dos gastos sociais e dos nossos bolsos, aumentando impostos"

ça dessas raposas cuidando do galinheiro até que estava se sustentando, pois, como dizem, o Brasil é grande e forte, só que agora o preço das medidas que tomaram para alimentar os lucros dos seus chefes (o sistema financeiro) ficou alto demais. Elevaram a dívida pública brasileira a níveis gigantescos e querem nos repassar a conta.

Hoje, já embolsam metade de tudo o que o Brasil arrecada, de todo o orçamento nacional, com juros e falsa amortização da dívida pública. Mas eles querem mais. Para isso, querem tirar da educação, moradia, saúde e também dos nossos bolsos, aumentando os impostos. A sede de lucros desse pessoal não tem limite e muito menos escrúpulos.

Nossa resposta a esse assalto é "não"! Não ao aumento de impostos! Não aos cortes nas áreas sociais! Não ao arrocho! Pelo contrário! Queremos mais saúde pública, mais educação, mais habitação! Nós, trabalhadores, temos a clareza de que a economia serve para atender aos interesses dos cidadãos, e não para saciar a sede de lucros de meia dúzia de banqueiros. Portanto, em legítima defesa do Brasil, vamos à luta!

Sérgio Butka,

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), Presidente da Federação dos Metalúrgicos do Paraná (Fetim) e Vice-Presidente da Força Sindical do Paraná

A MetalRevista é uma publicação do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) voltada aos trabalhadores associados.

Diretor responsável: Sérgio Butka - Editor-chefe: Gláucio Dias

Redação: Piatã Müller, José Luiz do Nascimento, Felipe Faus, Gláucio Dias

Projeto gráfico: Adailton de Oliveira **Diagramação e arte:** Ricardo Humberto

Imagens: Equipe do Departamento de Imprensa e Marketing do SMC. Felipe Rosa, Suellen Lima e arquivo **Colaboração:** Gabriela Jahn

Jornalista responsável: Gláucio Dias - Registro Profissional: MTE 04783 -PR



ÍNDICE



Auditoria Cívica da Saúde

Auditores cidadãos transformam
realidade de São José dos Pinhais

14 Aposentados na lonaBrasil é 56º país em qualidade para idosos viverem

7 ERROS da política econômica
Governo insiste em medidas que estão levando o Brasil para o abismo

16 Vitória

Mobilização de trabalhadores garante fim do dinheiro de empresas nas campanhas eleitorais

22 Mulher metalúrgica

Elas já são mais de 400 mil no Brasil. Seu espaço no setor só aumenta

Dívida públicaFórum estadual
provoca encontro
entre coordenadora
da Auditoria Cidadã da
Dívida e trabalhadores

10 medidas contra a corrupção

Força-PR adera à campanha do MPF

Entrevista: Deltan Dallagnol

"Podemos continuar o resto da vida reclamando ou tomar uma atitude, hoje, para termos um futuro diferente" 18 NR12
Ataque desleal
e organizado
de empresas
ameaça vida
e saúde de
trabalhadores

36

CARTA DOS LEITORES



Aproveite você também este espaço para dar sua opinião ou enviar sugestões para o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba.

Envie seu comentario para o e-mail: metalrevista@simec.com.br





Atendimento bom, estrutura maravilhosa

Eu sou suspeita para falar da Colônia de Férias porque eu gosto muito. Sempre que posso eu vou com as minhas amigas e com a minha família. O atendimento sempre foi legal e os funcionários são super atenciosos. Eu sou aposentada hoje e há muitos anos eu sou associada ao Simec sempre aproveitando o que o sindicato nos oferece.

Josefina Aparecida Artekopf da Rosa,

metalúrgica aposentada



Há quase dez anos, estamos sempre lá!

Nós já vamos há muitos anos na Sede Campestre de São losé dos Pinhais. Sempre fazemos churrasco e esse foi o nosso 4º final de semana lá. Nós temos dois filhos que vão às vezes passar o dia com a gente lá. Faz 16 anos que o Joacir é associado, e há 8 nós vamos na sede campestre, nós também vamos todos os anos para a pousada em Guaraqueçaba. O atendimento é maravilhoso, somos bem tratados e o lugar é muito bom. Nós recomendamos!

Adriana Angeliski,

esposa do metalúrgico Joacir Lourenço



Guaraqueçaba valeu muito a pena!

A pousada em Guaraqueçaba é muito bonita. Gostamos bastante da estrutura e das piscinas, minha família aproveitou bastante, principalmente meus filhos Lucas e Rafaela. Esse mês foi a segunda vez que a gente foi e aproveitamos muito. O Claudio é associado do Simec ha oito anos e a 15 ele é metalúrgico. Na próxima semana nós vamos para a Colônia de Férias de Matinhos e esperamos que seja tão legal quanto a pousada.

Maristela Prado,

esposa do associado Cláudio Prado



Metalúrgico voluntário leva educação e esperança para jovens

Trabalhador da Volkswagen que se envolveu com projetos sociais hoje incentiva o trabalho voluntário

á cerca de dois anos, o metalúrgico Rogério Gonçalves de Carvalho, da montagem da Volkswagen, em São José dos Pinhais, envolveu-se em uma nobre causa: promover um ensino de qualidade a jovens de sua comunidade e incentivar o voluntariado. Desde então ele vem participando do Projeto Zion Missões Urbanas, sediado em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba. A iniciativa atende alunos que se cadastram de forma voluntária e em tempo integral para acompanhar aulas, que vão desde edição de vídeo a até produção de conteúdo para web rádio. Parte dos alunos mora nos alojamentos, mas o projeto também recebe alunos das comunidades próximas, garantindo certificados a todos que completam os cursos.

Rogerio tem 46 anos e desde os 20 anos de idade dedica sua vida a metalurgia. Ele se divide entre o trabalho, a família e o projeto, dedicando-se com empenho e de forma organizada. "Tempo a gente arruma. Para tudo o que você gosta, para tudo o que você ama fazer você arruma tempo". O metalúrgico participa do projeto dando aulas e palestras, além de ajudar nas demais ações sociais e tarefas da chácara onde a iniciativa é estruturada.

O metalúrgico conta que a cháca-

ra é sede também do Jesus Camp, um projeto social ligado ao Zion Missões Urbanas. Situado a apenas 20 km de Curitiba, a Base da Agência Missionária Jesus Camp há 10 anos é um lugar de refúgio e ensino.

E os projetos sociais não param por aí. "Estamos agora também trabalhando com o presidente da Apae de Piraquara, começando um trabalho juntos para poder servir melhor a comunidade e até mesmo a cidade". O trabalho de Rogério no projeto é totalmente voluntário e conta apenas com a força das parcerias para manter a sede, os alojamentos, os alunos e as contribuições para a comunidade.

Em seus dois anos de projeto, Rogerio conta ter vivido momentos emocionantes. "É uma felicidade, mesmo em meio a um momento de crise, você perceber que outras pessoas também se dedicam a tarefa de ajudar aos outros", conta, lembrando-se de uma ligação recebida dias atrás, de um homem oferecendo dois mil quilos de alimentos para doar, justamente quando os estoques haviam se esgotado. "São essas coisas legais que acontecem dentro da casa que marcam a agente". O metalúrgico fala com alegria das pessoas que já ajudou e as que ainda vai ajudar. "As famílias que são restauradas, pessoas que estão sem condições, casamentos destruídos, jovens dependentes, nós ajudamos a todos".

Viver uma outra realidade e se por no lugar do outro são a motivação inicial que fez com que Rogerio passasse a atuar nessas iniciativas. "Nós estamos acostumados com a nossa vida normal, de trabalho casa, faculdade, enfim nossos afazeres, quando você sai desse mundo e começa a ver a realidade de outras pessoas e a sentir a necessidade delas.



"Quando você sai do seu mundo e vê a realidade de outras pessoas, começa a ver que o pouco que você faz é muito para guem não tem nada" Rogério G.







você começa a ver que o pouco que você faz é muito para quem não tem nada".

Após a conclusão dos cursos os alunos são convidados a participar de atividades práticas sociais. No começo desse mês os alunos do Curso de Preparação Missionária foram até Itaboraí-RJ, para servir como mão de obra voluntária em um lixão, promovendo cursos de inclusão social e interação com os jovens carentes da comunidade.

Para participar

Agência Missionária Jesus Camp - Fones (41) 9620-6505 -

E-mail: contato@jesuscamp.com.br





Auditoria Cívica na Saúde contou com a participação de 110 cidadãos. Em 12 meses de fiscalização uma mudança completa foi constatada na comunidade

magine um cidadão reivindicando seus direitos para a Prefeitura de sua cidade. Sozinho. No grito. Que força teria? Será que a Prefeitura atenderia seus pedidos? Agora, imagine esse mesmo cidadão aliado a outras dezenas de cidadãos, trabalhando em conjunto, de forma organizada, sistematizada e metódica, inclusive em aliança e diálogo com a própria Prefeitura. Esse é o conceito base da Auditoria Cívica da Saúde, projeto trazido ao nosso Estado pela Força Sindical do Paraná.

A iniciativa já tinha dado certo em mais de 50 cidades do Brasil, promovida pela Instituto de Fiscalização e Controle (IFC), com um conceito bastante prático: depois de receber uma rápida formação sobre o funcionamento da saúde pública, cidadãos partem para campo auditando as Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município. Simples, não? Em São José dos Pinhais, cidade escolhida pela Força PR para o projeto piloto, a iniciativa aglutinou 110 cidadãos.

Depois de fiscalizarem 25 Unidades de Saúde, elaboraram uma lista com 320 pedidos de melhorias necessárias, abrangendo 25 postos de saúde. Proto-





Líderes da Força Sindical-PR acompanharam de perto o desenvolvimento de todo o projeto. Com tantos resultados positivos restou uma certeza: "queremos mais!"



colaram os pedidos na prefeitura e no Ministério Público. Em março desse ano, retornaram para uma auditoria parcial, na qual constataram que 58% dos itens foram atendidos. Em agosto, novamente se reuniram e partiram para a vistoria final, que revelou atendimento de 72,81% dos itens atendidos. Ou seja, de forma organizada e articulada com o poder público, esses cidadãos conseguiram aperfeiçoar muito a saúde pública em seu município, com a resolução de 232 melhorias que eles mesmos solicitaram. Contabilizando os itens

"Foi uma experiência gratificante. Tivemos muitas alegrias e percebemos que é possível melhorar o Brasil através da participação popular".

Everton Kschlat.

diretor do Instituto de Fiscalização e Controle (IFC) de Brasília





TRANSFORMAÇÃO SOCIAL









que estão em encaminhamento e que levam mais tempo, por envolverem obras e licitações, o índice de resolução chega a 85%.

A organização dos cidadãos foi tão intensa que influenciou diretamente o método de trabalho da Secretaria de Saúde do município. Coordenadores de postos foram trocados e novos procedimentos foram criados para atender às solicitações dos auditores cívicos. "Toda a secretaria se mobilizou para alcançar as melhorias indicadas pela população. Dessa forma, conseguimos atingir, pouco a pouco, todos os setores solicitados. Agora estamos até estudando realizar uma auditoria periódica como cultura na gestão da saúde no município", relata o Secretário de Saúde de São José dos Pinhais, Brasilio Vicente de Castro.

Em diversas Unidades todos os itens apontados na auditoria foram atendidos, como nos casos dos postos Afonso Pena, Martinópolis, Borda do Campo, Guatupê, Ipê, CAIC, Faxina, Córrego Fundo e Contenda. Segundo o promotor do Ministério Público na área da Saúde. Willian Lira de Souza, os resultados foram os melhores possíveis. "As nossas expectativas foram, em muito, excedidas. Por conta dessa participação popular houve uma comoção geral,

tanto do gestor, quanto dos servidores, que trabalham nas unidades de saúde, de modo que em pouco tempo nós vimos uma revolução interna nas unidades, tanto com relação à recepção das pessoas quanto com relação à estrutura, aparência, luminosidade, acomodação, organização de fila, organização de medicamentos e disposição de salas", resume o promotor.

A mudança encontrada nos postos de saúde surpreendeu, até mesmo, os integrantes do IFC, que deram a formação para os cidadãos auditores. "Tive a oportunidade de visitar três unidades repetidamente e deu para perceber uma mudança até no ânimo

das pessoas. Na primeira vez, em uma das unidades, a circulação estava péssima, amarelada, suja, desorganizada. Foi uma alegria voltar lá. Todas as salas estavam com ventilador, a unidade foi pintada com uma cor mais clara e a sala de espera tinha cadeiras novas", conta o diretor do IFC, Everton Kschlat. "A Força fez uma mobilização junto ao Conselho de Saúde, secretários e coordenadores, que colaborou para que os trabalhos fluíssem de forma adequada, ágil e objetiva. A Força Sindical do Paraná está de parabéns e esperamos que continue sempre avançando", destaca Ykaro Lima, assistente de projetos do IFC.



"Toda a secretaria se mobilizou para alcançar as melhorias indicadas pela população".

Brasílio Vicente de Castro. Secretário de Saúde de São José dos Pinhais









Os números da mudança em SJP

Aquisições de novos móveis, materiais de atendimento e segurança

> Instalações de aparelhos de ar-condicionado

Medicamentos e equipamentos médicos adquiridos

72,81% RESOLVIDO

Materiais e equipamentos de limpeza e

Reformas estruturais ou pontuais

feitas

Outros itens (novas contratações, deslocamento de equipes, organização de materiais, etc.)

Resolvidos: 233

Em processo: 45

Pendente: 42

Novas rampas

de acesso para

cadeirantes

instaladas

higiene adquiridos

1. Força e IFC qualificam voluntários participantes.

2. Voluntários qualificados fiscalizam Unidades de Saúde

3. Relatório com problemas e pedido de correções é formatado

4. Cópias do relatório são enviadas ao MP e autoridades do Município, que têm prazos determinados para solucionar problemas

5. Auditorias de revisão são realizadas para conferir resolução de problemas apontados



Como funciona a Auditoria Cívica da Saúde?

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Veja o resumo completo com o índice de resolutividade de cada posto fiscalizado pela Auditoria Cívica na Saúde em SJP





















Sete postos de saúde atenderam todas as solicitações apontadas pelos auditores cívicos

Foto:autor das fotos











O que temos de



dos brasileiros com mais de 50 anos estão insatisfeitos com o transporte público da sua região

Brasil é país ruim para idosos viverem, aponta estudo

Brasil caiu 27 posições e atualmente ocupa o 56º lugar no ranking internacional de bem-estar social e econômico da terceira idade

Cerca de 40 mil denúncias são feitas por ano contra abuso de idosos, segundo Disque 100

12% dos brasileiros com mais de 50 anos se sentem inseguros ao caminhar sozinhos à noite na cidade onde moram

alta de segurança, má qualidade do transporte público, baixa escolaridade e falta de saúde fazem do Brasil um mau país para idosos viverem. O Brasil atualmente ocupa a 56ª posição no Global AgeWatch 2015, levantamento que analisa os melhores países do mundo para idosos viverem, realizado pela organização HelpAge International em parceria com a Universidade de Southampton, do Reino Unido. O Brasil caiu 27 posições no último ano, ocupando a 10ª colocação entre países da América Latina. O levantamento leva em consideração o bem-estar social e econômico de idosos de 96 países.

Para elaboração do ranking, são analisados dados oficiais de cada país, referentes à segurança de renda, taxa de pobreza na velhice, grau de consumo, renda per capita, qualidade da saúde, expectativa de vida, sanidade psicológica, grau de atividade da terceira idade, empregabilidade, nível de instrução, ambiente social favorável, relações sociais pessoais, segurança física, liberdade cívica e

Confira o ranking

GLOBAL

1º Suíça

2º Noruega

3º Suécia

4º Alemanha

5º Canadá

6º Holanda

7º Islândia

8º Japão

9º Estados Unidos

10º Reino Unido

Brasil caiu 27 posições no ranking em



O que temos de MELHOR



86,3% dos brasileiros com mais de 65 anos recebem pensão

"Segurança de renda" é o item em que o Brasil se sai melhor

8,8% é a taxa de pobreza na velhice no país

Louros à Previdência Social

Em um item o Brasil vai bem e se destaca. Trata-se da segurança de renda, ou seja, a certeza de que no final do mês o idoso terá uma aposentadoria. Todos os louros dessa posição tem um único nome: Previdência Social. Com um dos sistemas mais complexos do mundo, ela é alvo de ataques do capital financeiro, que com base no mito do seu déficit querem sugar recursos do maior investimento social do país.

acesso ao transporte público.

Os resultados, no caso do Brasil, apontam na mesma direção de reivindicações entoadas nacionalmente pela classe trabalhadora. "Os governos brasileiros têm continuamente implementado ou mantido políticas públicas que desvalorizam os aposentados de todo o país, como reajustes abaixo da inflação e novas fórmulas para o fator previdenciário, que conseguem, ainda, piorá-lo", explica Paulo José Zanetti, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados (Sindnapi).

Os países nórdicos, Suíça, Noruega e Suécia encabeçam o ranking, mostrando qual o destino mais convidativo para viver após a aposentadoria. Na América Latina, Panamá, Chile e Uruguai são os países que melhor tratam a terceira idade. No ranking geral, o Brasil ocupa a posição logo atrás da Bolívia e na frente da Nicarágua. Os piores países do mundo para idosos viverem são Moçambique, Malawi e Afeganistão.

AMÉRICA LATINA
21º Chile
27º Uruguai
28º Costa Rica
31º Argentina
36º Colômbia
44º Equador
48º Peru
54º El Salvador
55º Bolívia
56º BRASIL
57º Nicarágua

57º Nicarágua 59º Guatemala 62º Rep. Dominicana 69º Paraguai 76º Venezuela 82º Honduras



Luta encampada pela Força Paraná ao lado de milhares de trabalhadores garante fim do dinheiro de empresas bancando eleições, raiz da corrupção no Brasil. STF reconhece doação empresarial a campanhas como inconstitucional

uando o inimigo é muito poderoso, pode parecer que a vitória é impossível, mas, uma e outra vez, a história nos comprova que não há força mais poderosa que a união e mobilização conjunta contra uma injustiça. Graças à ação de milhares de trabalhadores brasileiros, o fim do financiamento de campanha por empresas pouco a pouco se tornou consenso nacional, contrariando interesses bilionários que, durante décadas, "governaram" municípios, estados e o País injetando dinheiro em eleições. O movimento contra essa prática cresceu a tal ponto que, em 2013, uma ação judicial com esse tema, que tramitava desde 2010 na Justiça, voltou a andar, sendo julgada em setembro desse ano. Vencemos! Com oito votos favoráveis e três contrários, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional o financiamento de

"Essa decisão é tão importante que certamente vai repercutir no mundo' **Marlon Reis.** iuiz e fundador do MCCE

empresas em eleições. A mudança vai valer já para as eleições de 2016. Uma vitória de todos nós.

A Força Sindical do Paraná (Força-PR) entrou de cabeça nessa luta, encampou grandes mobilizações e vem liderando o movimento Eleições Limpas no Paraná, que visa aprovar uma Lei de Iniciativa Popular proibindo dinheiro de empresas nas eleições. Até o momento, foram coletadas mais de 700 mil assinaturas. e a central foi a entidade no Brasil que mais arrecadou assinaturas, com mais de 35 mil adesões. "Esse







Força-PR realizou a maior coleta de assinaturas do Brasil para projeto que exigia o fim de dinheiro de empresas em campanhas eleitorais

número destaca a Força PR como uma das organizações que mais contribuíram para a campanha. Uma organização de base promovendo a reforma de onde ela deve vir: da base da sociedade", afirma o juiz federal Marlon Reis, fundador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), responsável pela Lei da Ficha Limpa, aprovada em junho de 2010 e agora pelo Eleições Limpas. Para ele, a vitória no STF redesenha a democracia em nível global e corrige um grave problema que é a falta de universalização do direito à candidatura, concedido, até então, apenas aos que têm muito dinheiro para tocar as suas campanhas. "É uma decisão histórica: estabelece um novo patamar democrático e redução drástica dos custos de campanha".

Na visão do advogado Ramon Bentivenha, da Ordem dos Advo-

"O financiamento eleitoral por empresas é o principal germe da corrupção no sistema eleitoral brasileiro"

Ramon Bentivenha, advogado, membro do Conselho Federal da OAB

gados do Brasil, que atuou diretamente no processo julgado pelo STF, a decisão é o primeiro passo para uma reforma política, de fato, democrática e popular. "O financiamento eleitoral por empresas é o principal germe da corrupção no sistema eleitoral brasileiro". Como a MetalRevista denunciou no ano passado, estudos demonstram que para cada real investido em campanhas eleitorais, as empresas recebem, em média, 8,5 vezes o valor doado durante em contratos públicos superfaturados durante os próximos quatro anos.

Próximo passo: criminalizar o "caixa 2"

A luta não terminou. É previsível que agora algumas empresas tentem continuar bancando candidatos e partidos por meio de caixa dois, o que, segundo a legislação brasileira, ainda não é configurado como crime. "A criminalização do caixa dois é fundamental para a continuidade dessa reforma política democrática, é o próximo passo", aponta Bentivenha. O juiz Marlon Reis complementa: "Temos que realizar um grande convite a sociedade para dizer 'não' ao caixa dois, para que seja denunciado e para que não recebam votos aqueles que o praticarem. Campanhas suntuosas e caríssimas não cabem mais no Brasil".





Após atualização da NR 12, acordada entre empresários, governo e trabalhadores, entidades patronais fazem pressão nos poderes executivo e legislativo para que norma deixe de valer. Projetos na Câmara e no Senado podem sustar norma se forem à votação no plenário

uando o objetivo maior de uma instituição é o lucro, é difícil encontrar lealdade nos acordos feitos com trabalhadores. Decisões corriqueiramente subjugam direitos trabalhistas básicos como segurança e saúde a metas maiores de faturamento e lucro. O problema maior, no entanto, é quando essas instituições se unem nacionalmente e tentam descumprir acordos feitos em mesas de negociação duramente construídas, exercendo todo o seu poder de influência a partir do seu poder econômico. É o que está acontecendo com relação à Norma Regulamentadora 12 (NR 12), que em 2010 foi revista e atualizada em negociações no formato tripartite, onde empresas, governo e trabalhadores participaram, a fim de que as mortes e afastamentos por invalidez causados pela falta de segurança de máquinas diminuíssem. Na época, definiu-se um período para que as empresas de cada setor pudessem se adaptar às novas exigências, auditadas pelo Ministério do Trabalho. Contudo, desde que o prazo final terminou, em meados de 2013, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) tem exercido pressão direta no Ministro do Trabalho e no Congresso Nacional a fim de que a NR 12 seja suspensa.

A NR 12 é uma norma que deriva

do capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que versa sobre a segurança e a medicina do trabalho. O Presidente da Associação Nacional de Medicina no Trabalho (ANAMT), Zuher Handar, explica que muita coisa mudou desde a década de 1977, quando a Lei nº 6.514 foi aprovada, tornando diversas normas obsoletas. "Em 2010, chegamos a um consenso de como a NR 12 deveria ser atualizada para minimizar os altíssimos índices de mortes e acidentes no trabalho, só que os empregadores não fizeram o seu trabalho e se propuseram a tentar acabar com a norma, ao invés de buscar adaptar-se à nova realidade que preserva a vida e a saúde dos trabalhadores. Quando empresas lutam por todas as vias para retroceder em algo estabelecido conjuntamente com trabalhadores e governo, está se colocando em risco todo o processo tripartite de acompanhamento das normas", destaca o médico.

O diretor do Departamento de Saúde do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, Osvaldo Silveira, explica que a NR 12 é uma ferramenta de extrema importância para saúde física, integridade física e vida do trabalhador. "Mesmo com a NR 12 em vigor temos índices alarmantes de mutilação e mortes durante o trabalho, por conta de equipamentos sem proteção, pois empresas e técnicos de segurança burlam as normas de segurança. Imagine como vai ficar sem ela. Não temos que acabar com ela e sim exigir a intensificação da sua fiscalização".

"Empregadores se propuseram a tentar acabar com a norma, ao invés de buscar preservar a vida e a saúde dos trabalhadores."

Zuher Handar, presidente da ANAMT



Ataques diretos no Ministério do Trabalho

arte da pressão empresarial está sendo exercida diretamente sobre o Ministro do Trabalho, Manoel Dias. Representantes da Confederação Nacional da Indústria procuraram diversas vezes o ministro e realizaram reuniões em seu gabinete. A alegação é de que se a norma fosse mantida diversas empresas iriam à falência, já que as empresas não tiveram condição de se adequar às novas exigências e os trabalhadores não estariam dispostos a negociar.

Os trabalhadores, no entanto, que já haviam negociado as considerações da NR 12 na mesa tripartite, acordaram uma flexibilização para dar o tempo necessário de adaptação das empresas, oficializada pela Instrução Normativa (IN) nº 109 da Secretaria de Inspeção do Trabalho/ TEM, publicada em junho de 2015, autorizando que prazos de adaptação fossem acertados entre as partes.

O lobby empresarial, mesmo assim, não parou. Fez novas reuniões no Ministério do Trabalho e chegou a divulgar que a revogação da NR 12 já era compromisso assumido pelo ministro. Após pressão das entidades sindicais, alertando ao perigo eminente que traria para futuras negociações voltar atrás em algo acordado no formato tripartite, o ministro Manoel Dias reafirmou de





Sérgio Butka, presidente do SMC

forma enfática seu respeito ao trabalho da comissão tripartite, deixando claro sua intenção de não revogar, nem tampouco promover alterações nessa ou em qualquer outra NR, cujo debate não seja fruto das negociações entre governo, trabalhadores e empregadores.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, Sérgio Butka, entende que a pressão empresarial não vai parar, independente de qualquer concessão que seja dada. "Estamos vendo a maneira de proceder das empresas. Abrem mão de acordos feitos com a classe trabalhadora, colocando, inclusive, a vida de seus empregados em risco, em nome do lucro. Os trabalhadores de todo o Brasil não podem tirar a atenção dos ataques à NR 12 por um só segundo".



Trabalho e sangue

De 2007 a 2013, acidentes no trabalho fizeram 5 milhões de vítimas, deixando 19.500 pessoas mortas e 101.000 inválidas, segundo dados do Anuário Estatístico da Previdência Social. Segundo dados apresentados pelo Ministério do Trabalho, em 2014, o **Brasil é o quarto país do mundo com mais mortes no trabalho.**

101.000 afastamento

por invalidez

Ataques na Câmara e no Senado

Dois projetos no Congresso Nacional tentam eliminar a NR 12. Um é o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 1408, de autoria do deputado Silvio Costa (PSC/PE), que corre nas comissões da Câmara dos Deputados desde novembro de 2013. O outro é o Projeto de Decreto Legislativo (PDS 43/15), tendo o senador Cássio Cunha Lima (PTB-PE) como relator. e que já passou por todas as comissões e teve pedido de urgência aceito para entrar em votação no Senado. Contudo, após realização de audiência pública com representantes do governo e dos trabalhadores, o senador Lima concordou em retirar o pedido de urgência.





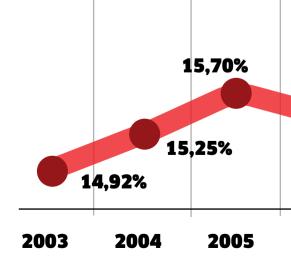
Mulheres conquistam a metalurgia

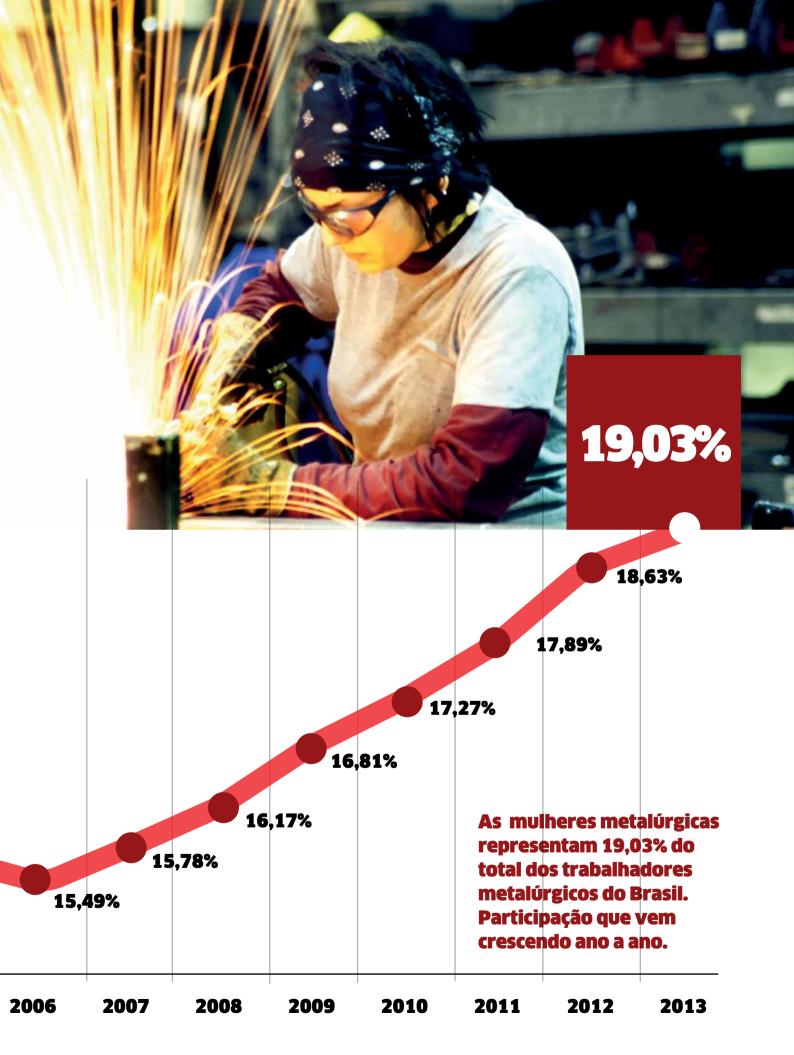
Hoje já são mais de 400 mil trabalhadoras metalúrgicas no Brasil. Setor conhecido por ser moldado por homens fortes já conta, em grande peso, com mulheres igualmente fortes

etais em chamas, trabalho braçal e muito calor. Esse é o retrato do dia a dia da linha de produção de uma metalúrgica. Lugar pra "cabra macho", correto? Sim, mas não só para eles. Essa rotina difícil, geralmente marcada pela forte presença masculina, cada vez mais vem sendo assumida pelas mulheres. É o que mostram os estudos mais recentes: nos últimos nove anos, a participação das mulheres no ramo metalúrgico paranaense mais que dobrou, e a presença delas nesse setor de trabalho, em 2013, chegou à marca dos 21% no Paraná. Ano após ano, invariavelmente, a participação das mulheres neste mercado tem aumentado.

No cenário nacional a participação feminina também é grande e crescente. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), dos mais de dois milhões de trabalhadores do setor no Brasil, pouco mais de 19% são mulheres. Em números exatos, o País hoje conta com cerca de 1,8 milhões de homens metalúrgicos e mais de 446 mil mulheres.

Apenas nos últimos 10 anos a participação da mulher na metalurgia quadruplicou, chegando a aumentar 427%. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Paraná esse crescimento foi de 234%. E não é apenas na metalurgia que elas estão avançando. O segmento eletroeletrônico é o que mais concentra mulheres (35,91%). Logo em seguida, vem o automotivo (17,99%), enquanto no naval, 8,32% são mulheres.







Mas quem são elas?

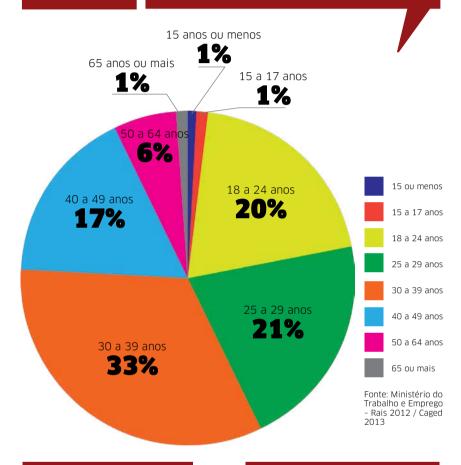
No que diz respeito à escolaridade, o perfil das trabalhadoras do setor é privilegiado. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) revelam que as elas têm escolaridade superior à dos homens. O analfabetismo também é menor entre as mulheres no setor. Ainda segundo o MTE, o percentual de trabalhadoras com ensino médio e universitário completos é maior: 16,43%, contra 10,16% entre os homens.

As mulheres, em essência, buscam uma escolaridade elevada, além de uma melhor instrução, para aumentar suas chances de crescer no mercado, garantindo assim, melhores condições para si mesmas e para suas famílias, afirma Angelita Alves de Carvalho, doutora em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais.

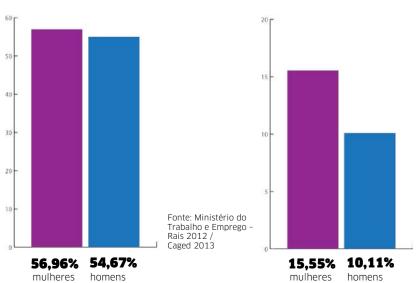
Na avaliação de José Eustáquio Diniz Alves, da Universidade Federal de Minas Gerais, nos últimos anos, a presença cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho brasileiro é resultado da combinação de atores como a queda da fecundidade, a diminuição da dependência, o aumento nos níveis de escolaridade e as mudanças sociais e culturais nas relações de gênero.



Maioria das mulheres metalúrgicas no Brasil tem de 30 a 39 anos







Dupla jornada

Essas mulheres enfrentam a rotina comum de trabalho e, assim como seus colegas homens, acordam cedo, trabalham na fábrica com serviço pesado e voltam para casa, com uma diferença: o trabalho não acaba com a chegada em casa. A maioria das mulheres ainda cuida de filhos, companheiro e dos afazeres domésticos. É o drama da dupla – ou tripla – iornada.

Para Mônica Veloso, vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), esse sempre vai ser um desafio para qualquer trabalhadora. "A existência dessa realidade precisa ser correspondida com políticas públicas que possam contribuir para favorecer o espaço da mulher trabalhadora. Estou falando de creches noturnas e escolas públicas integrais e de qualidade, para que essa mulher possa desenvolver com mais tranquilidade seu trabalho fora de casa".

Na visão de Mônica, essa dificuldade não tem impedido que as mulheres avancem. Conciliar esses papéis tem sido o caminho trilhado por essas mulheres de fibra. "São inúmeros os desafios para uma pessoa que busca o seu espaço no mercado de trabalho e isso não desatrela toda a responsabilidade que a mulher tem como mãe, como genitora e hoje muitas delas chefes de família".

Apesar da evolução da mulher dentro a metalurgia, a luta por me-



Kathusia Cristina trabalhou firme até o nono mês de gestação

"A existência dessa realidade precisa ser correspondida com políticas públicas que possam contribuir para favorecer o espaço da mulher trabalhadora.

Mônica Veloso, vice-presidente Confederação Nacional dos Trabalhadores Matalúrgicos CNTM

lhores salários e oportunidades iguais às dos homens continua. A inserção crescente da mulher no mercado ainda vem acompanhada de uma divisão sexual do trabalho, baixos salários, dificuldades de promoção na carreira e poucos cargos de liderança. Sem falar do assédio moral que ainda se faz uma realidade constante, conforme observa a pesquisadora Mayara de Oliveira Ramos, em artigo na Revista Científica Integrada.

Metalúrgicas associadas ao SMC

1768
trabalhadoras

928
com filhos



xemplo de mulher trabalhadora que enfrenta a rotina pesada do setor metalúrgico é Crislaine dos Santos Ramos, de 31 anos. Ela trabalha na área há 11 anos e estreou no mercado de trabalho já assumindo o fardo pesado da metalurgia. Sua garra e perseverança a fizeram se manter no emprego, afinal, contrariada pela sua família, que considerava o campo metalúrgico árduo e explorador, ela lutou e se manteve em um estágio que pagava R\$ 150,00 por mês e, depois de algum tempo, foi finalmente efetivada.

Seu pai, que antes era o principal crítico contra a escolha da profissão, hoje se orgulha da filha que possui autonomia para cuidar da casa e dos dois filhos, com a ajuda do marido, Valter Ramos, que também é metalúrgico. Além dos desafios da vida de qualquer mulher trabalhadora. Crislaine também enfrenta desafios adicionais por estar em um ambiente predominantemente masculino e rígido. Na percepção dela, o machismo no ambiente de trabalho "existe sim". "Muitas vezes nos comportamos que nem homens, esquecemos realmente que somos mulheres". Apesar disso, ela nunca deixa de se cuidar. Para administrar o tempo dedicado ao trabalho, à família e a si mesma, ela conta com a ajuda do marido, que trabalha em um turno diferente do dela.

O medo das empresas em contratar mulheres por conta da maternidade não encontra respaldo na

Mulher, mãe, esposa, guerreira!

Mulheres metalúrgicas mostram força e virtude para vencer os desafios do dia a dia



Crislaine dos Santos é mãe de dois filhos e metalúrgica há 11 anos

"Mulheres e homens são tratados de maneira igual, inclusive na distribuição de tarefas." Cláudia Moura,

RH da Samvardhana Motherson Peguform



história da metalúrgica. Kathusia Cristina Tobias Bernadino, mesmo no nono mês de gestação, continuava trabalhando. Kathusia tem 31 anos e trabalha há três anos e meio no setor metalúrgico. Antes de atuar na Global Lean, era funcionária pública. A família sempre a apoiou na escolha da profissão. Ela e o marido sustentam a casa e juntos cuidam de um filho. Kathusia conta que a administração do tempo é um desafio, afinal ela faz tudo sozinha. O trabalho duro é recompensado no final de semana, que é o tempo dedicado ao filho, ao marido e a si mesma, especialmente durante sua gravidez, já que os cuidados de uma gestante nunca devem ser deixados de lado. Ela trabalha na Samvardhana Motherson Peguform (SMP).

A SMP, assim como Arotubi, destaca-se por empregar um grande número de mulheres. Segundo o RH da SMP, hoje a empresa possui um número equilibrado entre os dois sexos, mas nem sempre foi assim. Antigamente era composta majoritariamente por homens. "Nunca foi o objetivo da empresa equiparar a quantidade de homens e mulheres, as mulheres foram chegando ao mercado metalúrgico e foram contratadas", revela Cláudia Gomes Moura, do RH, que garante que a mulher não tem nenhum tipo de peculiaridade na fábrica. "Mulheres e homens são tratados de maneira igual, sem benefícios para um ou outro, e a distribuição de funções também ocorre da mesma maneira".

VOCÊ CONHECE?



Março Laranja

O Projeto Março Laranja, lançado pela Força Sindical em 2014, realizou uma luta exaustiva para que medidas de proteção à mulher fossem implantadas em todo o Paraná. Além de alertar as autoridades para o tema da violência contra a mulher, o projeto exige a criação da Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), a Delegacia Especializada em violência contra a mulher e a Defensoria Pública para a Mulher.



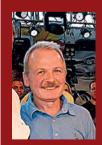
Departamento da Mulher Metalúrgica

Aumentar mais a participação das mulheres no Sindicato: Esse é o principal objetivo do Departamento da Mulher Metalúrgica, além disso, fortalecer o debate em cima das bandeiras de luta das mulheres brasileiras levando estes temas para a porta de fábrica para discussão e, a partir daí, tirar propostas e projetos que possam virar lei ou serem usados pelo governo em benefício da classe trabalhadora feminina.

O departamento atende a 1.768 mulheres associadas.

Serviço:

Endereço: Sede do Sindicato -Rua Lamenha Lins, 981, Rebouças, Curitiba/PR - Telefone do Departamento da Mulher do SMC: **3219-6400**



Como era há 50 anos?

Mulheres labutando na metalurgia. Hoje parece normal, não é mesmo? Mas nem sempre foi assim... Benjamin Gunha, sócio cinquentenário da SMC, começou a trabalhar com metalurgia em 1963, quando contratado pelas Indústrias Langer. Ele lembra que, quando começou a trabalhar, não havia nenhuma mulher na empresa. "Trabalhei durante 19 anos numa fábrica de peças e durante esse tempo todo nunca vi uma mulher seque trabalhando na companhia".

Foi só em dezembro de 1981, quando foi contratado por uma fábrica de serra fitas, que ele viu a primeira mulher trabalhando no ramo. "Tinha uma na empresa, uma socióloga, mas no chão de fábrica mesmo não tinha ninguém".



BRASIL RUMO AO ABISMO

País insiste em 7 políticas econômicas que transferem riqueza para bancos e deixam trabalhadores a um passo do colapso financeiro.

Ou mudamos agora, ou pode ser tarde demais

ão se cura câncer com Césio-137. Não se apaga fogo com gasolina. Nem se cura ressaca com cachaça. Todo mundo sabe dessas verdades, que são óbvias. Entretanto, na política econômica, é justamente isso que o governo brasileiro vem fazendo. Cedendo à influência de banqueiros e grandes interesses econômicos mundiais representados na pessoa do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, o governo politicamente fragilizado pelos escândalos de corrupção tenta tratar o câncer com uma overdose de material radioativo. Enquanto a sociedade volta sua atenção apenas para o problema da corrupção, banqueiros nacionais e internacionais, grandes grupos econômicos e donos de capitais bilionários implantam uma agenda de arrocho, com corte de direitos, aumento de impostos, desemprego e recessão. Veja, nas páginas a seguir, os erros da política econômica no Brasil que estão aumentando os lucros bilionários de meia dúzia de banqueiros e levando todos os demais brasileiros para o abismo.





de iuros

Taxa de juros mais alta do mundo

om o consentimento do governo, o Brasil mantém a mais alta ▶taxa de juros do mundo (Taxa Selic). Enquanto nos Estados Unidos, ela é de 0,2% (e assim eles saíram da recessão), no Brasil estamos com o absurdo patamar de 14,2%. Quem lucra com isso? Os bancos, e mais ninguém. Cálculos do Dieese provam que a cada 1 ponto percentual a mais na Taxa Selic, um rombo de R\$ 13,xx bilhões ao ano é causado nos cofres públicos. Só com a elevação dos juros de 2014 para cá, nossa dívida já aumentou R\$ 5x,xx bilhões. Isso porque a taxa de juros de boa parte da dívida pública brasileira é a Selic, definida pelo próprio governo.

A pergunta que fica é: se o governo define o juro que vai pagar da sua própria dívida, por que coloca o juro nas alturas? Estranho, não? A reposta é simples: na área econômica, quem está dando as cartas são os próprios banqueiros. Todos os cargos chaves do Ministério da Fazenda são ocupados por representantes de banqueiros, gente ligada e compromissada com os banqueiros, sem nenhum compromisso com o interesse público. É a raposa cuidando do galinheiro. Assim, abrimos um rombo trilionário nas contas públicas e nem notamos, pois estamos distraídos com escândalos de mensalão e petróleo.

"Conter a inflação" é a desculpa usada para manter o juro nas alturas. A conversa é que com o dinheiro estando mais "caro e escasso", o povo consome menos, e isso segura os preços. Pura mentira. Primeiro, porque o que tem causado inflação no Brasil são os

"Precisamos de juros compatíveis com os do resto do mundo."

Altair Garcia, economista do Dieese

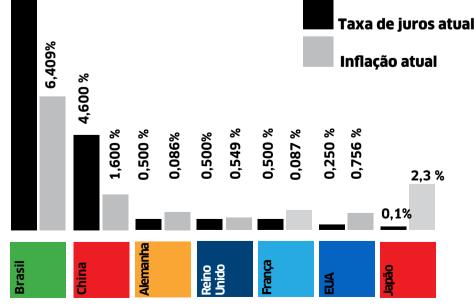
14,250%

valore controlados pleo próprio governo, como energia elétrica e gás. Segundo, porque países como China, EUA, Canadá, Japão e mais meio mundo têm taxas de inflação pelo menos cinco vezes menores às do Brasil, com juros dez vezes menores. Ou seja, as principais economias do mundo conseguem conter a inflação com baixíssimas taxas de juros, só no Brasil se acredita que o lucro dos bancos é benefício para o povo.

"Precisamos de juros compatíveis com os do resto do mundo, que ajudem a economia interna a recuperar o seu vigor", afirma o economista da Subseção do Dieese na Força Sindical. Altair Garcia.

Dados de outros países comprovam a mentira: iuros baixos não causam aumento da inflação!

Taxas de juros e inflação do Brasil são absurdas comparadas às outras principais economias mundiais



2 crédito baixo

Redução do crédito a trabalhadores

ucessivamente, em efeito cascata aos juros altos, o governo vem anunciando medidas de restrição ao crédito. Em julho deste ano, o financiamento habitacional caiu 42,7%. No acumulado do ano, a queda é de 20%. Os bancos públicos puxam a derrubada. A partir de outubro, a Caixa Econômica, por exemplo, terá taxas mais altas para financiamento imobiliário, medida que será seguida por todo o setor bancário. Mais uma medida que dificulta a vida dos trabalhadores. Tudo com a desculpa de segurar a inflação. Sem crédito para casas, carros e bens de consumo, toda a produção industrial é reduzida, e consequentemente, há menos necessidade de mão de obra. No final, menos empregos e menos dinheiro para os trabalhadores. Para os bancos é bom negócio, pois o dinheiro que deixam de disponibilizar para a população, é usado para comprar títulos da dívida pública, que pagam maiores juros e tem pagamento garantido. Na prática, o que o governo faz é usar o dinheiro que estaria disponível para aquecer a economia para pagar os juros da sua dívida. Dessa forma, comércio e indústria sofrem cada vez mais. piorando a crise, enquanto bancos obtêm os maiores lucros da história do País.

Na prática, o que o governo faz é usar o dinheiro que estaria disponível para aquecer a economia para pagar os juros da sua dívida.



42,7%
Redução financiamento
habitacional em julho 2015

20% Redução financiamentos habitacionais em 2015

334,84% Juro anual médio do cartão de crédito no Brasil, o mais alto no mundo

3 tributação injusta

Pobre paga mais imposto que rico

o Brasil, quanto mais pobre, mais imposto se paga. Um trabalhador que ganha R\$ 2.000,00 por mês terá um desconto de R\$ 142,80 diretamente da sua renda, enquanto um empresário que lucre R\$ 2 bilhões no mesmo período não terá absolutamente tributo algum. Se você comprar, depois de muito esforço, um carro para levar sua família para passear, todos os anos terá que pagar o IPVA do veículo, mas quando qualquer milionário compra o seu jatinho particular ou iate não paga imposto algum. Na contramão do mundo, o Brasil baseia a maior parte da sua arrecadação no consumo, o que torna a tributação regressiva (injusta), pois o pobre gasta praticamente toda a sua renda em consumo, enquanto o rico pode consumir apenas uma parte e guardar ou investir o resto. O consumo do pobre, taxado, é para a sobrevivência, enquanto o do rico, para luxo, não é taxado.

Na maioria dos países do mundo o imposto é progressivo, ou seja, quem ganha mais contribui mais com a sociedade. Além disso, a arrecadação se baseia na renda e nas movimentações financeiras. Nos dias atuais, bancos podem movimentar bilhões de dólares e render a economia nacional a seus interesses, sem dar nenhuma contrapartida para a sociedade.

Trabalhador paga mais imposto que banqueiro

TRABALHADOR

Salário: R\$ 2.000,00 / mês Imposto de Renda: R\$ 142,80

BANQUEIRO

Lucro: R\$ 2 bilhões / mês

Imposto: R\$ 0,00



moe<u>da</u>

Não emissão de moeda

uando o governo gasta mais do que arrecada, só há três soluções: aumentar os impostos, emitir moeda ou tomar mais dinheiro emprestado. Naturalmente o setor financeiro prefere a terceira opção, e como é o setor financeiro que está dando as cartas no governo, então é esse o caminho que o Brasil tem tomado: fazer mais empréstimos. Isso, porém, não é o melhor para o Brasil e para seus cidadãos. O caminho lógico e razoável seria emitir moeda, coisa que não fazemos porque a voz do lobby dos banqueiros tem falado mais alto. "Para o mercado financeiro, o que interessa é base monetária apertada e juros altos, que é o que eles querem para engordar os lucros deles", denuncia o mestre em finanças públicas, Amir Antonio Khair. Nossa base monetária (quantidade de moeda em circulação em relação ao PIB) é de apenas 5%, uma das mais baixas do

"Emitir moeda foi caminho seguido por Estados Unidos, Japão. Reino Unido e países europeus para enfrentar a crise. O Brasil está fazendo o contrário. contraindo mais dívidas" Amir Antonio Khair. mestre em finanças públicas

mundo. Para ele, esse é o grande erro da política monetária no Brasil, um erro que sacrifica empresas e trabalhadores e nos leva ao abismo. Emitir moeda foi a alternativa adotada por Estados Unidos, Japão, Reino Unido, países europeus e emergentes para o enfrentamento de crise mundial de 2008. A da China, para se ter uma ideia, é de 40%. "Os EUA, por exemplo, aumentaram várias vezes sua base monetária para enfrentar a crise". O Brasil está fazendo o cami

swap

Preiuízos bilionários com swap

o ano passado, o Brasil teve um rombo de US\$ 91 bilhões com contratos de swap cambial. Em 2015, de janeiro a agosto, o prejuízo já alcança R\$ 71,93 bilhões. Os swaps cambiais são contratos para troca de riscos. O Banco Central vende dólares, mas ao invés de entregá-los agora, define uma data futura para isso. Quando o contrato vence, o Banco Central paga os dólares e arca com a variação da moeda que houve no período. Com a alta do dólar, os prejuízos para o Brasil aumentam ainda mais. O Banco Central diz utilizar isso para deixar o real artificialmente valorizado e conter a inflação. Pois bem, não deu certo. Além dos bilhões de prejuízo, agora temos a maior inflação e desvalorização do real dos últimos tempos.

divida pública

Não auditoria da dívida pública

uem, em sã consciência, gasta metade do seu orçamento pagando juros e amortizações de dívida com bancos e instituições financeiras, enquanto deixa seus filhos sem educação, saúde e segurança, e ainda, afirma pagar a dívida sem saber para quem? Insanidade, não é mesmo? Pois é, mas o Brasil faz isso. A vista grossa que os policiais brasileiros fazem quando recebem uma propina para não multarem infratores, o Governo Federal também faz para não auditar a dívida pública, conforme determina a Consti-

tuição Federal de 1988. O Brasil gastou em 2014, R\$ 978 bilhões com a dívida pública. De toda a sua arrecadação, 45,11% foram para bancos e instituições financeiras, enquanto educação e saúde receberam menos de 4%. O governo chama de ajuste fiscal aumentar impostos e cortar direitos, mas nem sequer cogita seguir o que a Lei manda e fiscalizar o maior gasto disparado do Brasil. Investigações têm demonstrado que a dívida gerada no Brasil é ilegítima, construída, com manobras contábeis ilegais e contratos fraudulentos, ou até, inexistentes.



impostos

Mais impostos (e mais, e mais...)

a velha história. Sobra sempre para a ponta mais fraca. Quando o governo consegue se enfiar em um buraco econômico, construído a partir das suas próprias decisões e não tem mais caixa para sustentar crescimento, investimento e nem mesmo cumprir com suas obrigações básicas, a primeira coisa a se fazer é exigir que os trabalhadores contribuam com mais.

Quando o governo se enfia em um buraco econômico, exige que trabalhadores aumentem sua contribuição. Não se pensa em reduzir os absurdos gastos da máquina pública, que tornam o Brasil um imenso e caro elefante, tão lento quanto uma tartaruga. Juízes com casa própria ganham auxílio moradia de R\$ 4,3 mil, senadores possuem benefícios da ordem de R\$ 60 mil cada, deputados de R\$ 40 mil, salários de governadores e prefeitos pelo Brasil a fora superam os R\$ 20 mil com facilidade, e somos obrigados a acreditar que a solução está em que os mesmos trabalhadores que têm que arcar com aumentos nas contas de luz, combustível e comida também têm que pagar mais impostos.

PACOTE BRASIL

- **Volta da CPMF** (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira): Inserção de alíquota de 0,20 % sobre todas as movimentações financeiras a débito do País.
- Aumento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados): De 3% para 8%, com isso automóveis devem ter preços aumentados em 4,5%.
- Aumento no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF): De 1,5% para 3%, em todas as operações de cartão de crédito.
- Aumento dos impostos nos combustíveis: Elevação no Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Expectativa de aumento de R\$ 0,22 na gasolia e R\$ 0,15 no diesel.
- Aumento dos impostos em importações: PIS e Cofins de produtos importados têm alíquota aumentada de 9,25% para 11,25%.
- Aumento do Imposto sobre Ganhos de Capitais: Passa de 15% a uma gradação que chega até 30%.

PACOTE PARANÁ

SETEMBRO - 2015

• Aumento do imposto sobre heran-

ça: Eleva as taxas de impostos para quem deixa um patrimônio de R\$ 300 mil para cima. Qualquer apartamento em Curitiba, hoje, já bate esse valor.

• Retira recursos dos municípios:

Criação de Fundo que receberá 2% dos recursos do ICMS (Imposto sobre Mercadorias e Serviços) de vários produtos. O projeto do governo o isenta de repassar aos municípios as parcelas relativas aos 2%, hoje obrigatório.

- Cortes no desenvolvimento científico e tecnológico: Mudança na legislação do Fundo Paraná, destinado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico. Governo passa a retirar recursos das instituições de pesquisa do Estado (Iapar, universidades estaduais e Tecpar).
- Privatização da Copel e Sanepar:

Pela proposta o governo poderia vender ações da Copel e da Sanepar sem precisar da autorização do Legislativo.

JÁ APROVADO

Aumento do ICMS:

Varia conforme tipo de produto, chegando a um aumento de até 7%, em mais de 95 mil itens.

Aumento do IPVA:

Alta de 40%.

Nova contribuição previdenciária:

Alíquota de 11% para aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social





Força Sindical do Paraná debate dívida pública do Brasil em fórum estadual

Fórum "Dívida Pública: o ralo do nosso dinheiro" contou com presença da coordenadora nacional do movimento Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, referência internacional no auditamento de dívidas públicas

o dia 10 de setembro, a Força Sindical do Paraná realizou o Fórum "Dívida Pública: o ralo do nosso dinheiro", com a coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli, ex-Auditora da Receita Federal, uma das investigadoras da CPI da Dívida de 2010 e integrante dos comitês que analisaram a dívida pública do Equador (2007) e da Grécia (2014). Durante o evento, dirigentes sindicais de todo o Paraná puderam entender como o "Sistema da Dívida" se forma e perpetua no Brasil, garantindo lucros de R\$ 978 bilhões, durante o último ano, a bancos e instituições financeiras, o que representa 45% do orçamento da União, enquanto educação e saúde recebem menos de 4% cada.

Segundo Sérgio Butka, coordenador da iniciativa pela Força PR, o Fórum tem como grande mérito lançar luz sobre o grande problema que nós temos hoje no país. "Um norte foi dado ao trabalhador para que faça o enfrentamento a essa ideia vigente e hegemônica de aperto de cintos, arrocho, aumento de impostos e de corte nos gastos sociais. Isso vem sendo aceito com passividade por setores da sociedade, mas cabe a nós, trabalhadores, fazermos a resistência contra esse processo".

Maria Lúcia Fattorelli denunciou o modelo econômico voltado para a concentração de renda e riqueza. "As pessoas acreditam que a dívida pública serve para financiar o estado e não se apercebem que isso se transformou num grande negócio para o sistema financeiro. O sistema da dívida se utiliza de mecanismos para transferir e desviar os recursos públicos para o setor privado financeiro".

Onda está o problema do Brasil?

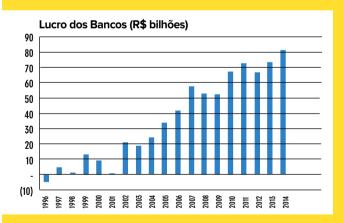
No evento, Maria Lúcia Fattorelli mostrou como esse modelo econômico tornou natural um trabalhador, que recebe R\$ 2 mil por mês, pagar imposto de renda, enquanto um empresário, que tem lucros de R\$ 2 milhões no mesmo período, é isento. "A estratégia de manutenção desse modelo de benesses para o setor financeiro é fundamentada em cima do modelo econômico que privilegia a concentração de renda, através do financiamento eleitoral de campanha e da corrupção", explica Fattorelli.

Sérgio Butka analisa que os trabalhadores agora têm condições de enfrentar esse "leão que trabalha nas sombras" e dificilmente se mostra. "Para nós ficou evidente que o problema do Brasil não são os 3,73% que o Governo Federal gasta com a educação ou os 3,98% gastos com a saúde, mas sim os 45,11% gastos com juros e falsas amortizações de uma dívida que não sabemos de onde vem, para quem pagamos e qual a contrapartida que tivemos por ela", enfatiza.

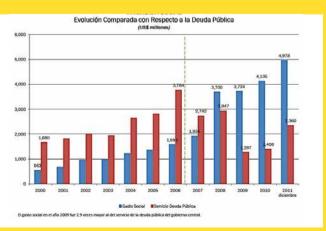
A DÍVIDA PÚ-BLICA INTER-NA BRASILEI-RA CRESCE, ILEGALMEN-TE, A PASSOS LARGOS

TIRANDO RECURSOS DE SETO-RES IMPOR-TANTE

E ENGOR-DANDO O LUCRO DOS BANCOS



NO EQUADOR, AUDITORIA DA DÍVIDA DEU UM BASTA NESSA LÕGICA





Iniciativa fecha o cerco às jogadas jurídicas que hoje garantem impunidade e precisa de 1,5 milhão de assinaturas para chegar ao Congresso Nacional como Projeto de Lei de Iniciativa Popular

TRABALHADORES CONTRA

FORÇA PR ADERE A CAMPANHA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL "10 MEDIDAS CONTRA CORRUPÇÃO"



om o avanço das investigações da Operação Lava Jato e a constante aparição de escândalos de corrupção no setor público brasileiro, fica uma pergunta na cabeça dos trabalhadores: como garantir que tantos crimes deixem de ocorrer e que, efetivamente, os criminosos sejam punidos?

O Ministério Público Federal, especializado em garantir a condenação de pessoas que cometam crimes em âmbito federal, lançou uma campanha nacional que pode mudar as leis que permitem que a corrupção se perpetue no país, e mesmo quando descoberta, raramente seja punida. São 10 pro-

postas centrais, que com a assinatura de 1,5 milhão de cidadãos brasileiros podem se tornar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular e entrar para a pauta de votações do Congresso Nacional. As propostas objetivam Transparência, Prevenção, Eficiência e Efetividade na prevenção e no combate à corrupção e sua impunidade.

As propostas do MPF são resultado da Portaria PGR/MPF nº 50, de 21 de janeiro de 2015, assinada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O documento permitiu a criação de comissões de trabalho compostas por integrantes da instituição, com o objetivo de encaminhar sugestões de

mudança legislativa para implementar medidas de combate à corrupção. O trabalho teve início com os estudos desenvolvidos pela força-tarefa do MPF na Operação Lava Jato na primeira instância.

Depois do lançamento das medidas, em março de 2015, os cidadãos foram convidados a conhecer e avaliar as propostas de alterações legislativas para enviar sugestões. Depois de mais estudos e reformulações pontuais, os anteprojetos de lei foram entregues pelo MPF ao Congresso Nacional em 1º de junho.

Veja, nesta matéria, quais são as dez medidas propostas na Campanha:

1.CRIMINALIZAÇÃO DO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DE AGENTES PÚBLICOS

Uma das coisas que deixa a corrupção difícil de ser punida é a sua difícil comprovação. Com esta mudança, basta existir a comprovação do enriquecimento ilícito do servidor público, com valores discrepantes à sua fonte de renda, e o crime já poderia ser reconhecido. A pena adotada seria de três a cinco anos de reclusão.

2.PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO, TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO À FONTE DE INFORMAÇÃO

Primeiramente, 10% a 20% do orçamento dos órgãos públicos passariam a ser destinados a campanhas anticorrupção, visando gerar a cultura da denúncia da corrupção no setor público. Também passariam a ser realizados testes de integridade do servidor, com simulação de "arapucas" previamente combinadas com as organizações internas de combate a corrupção. Hoje a Lei não permite isso. Essa medida parte do pressuposto de que todo agente público tem o dever da transparência, sendo natural o exame de sua atividade. Outra medida é o estabelecimento de tempos mais rígidos para duração dos processos legais no Ministério Público e no Poder Judiciário. Por último, passa a existir a possibilidade do Ministério Público manter em sigilo e proteger os denunciantes de corrupção.

3. RESPONSA-BILIZAÇÃO DOS PARTIDOS PO-LÍTICOS E CRI-MINALIZAÇÃO DO CAIXA 2

Essa medida modifica a Lei nº 9.096/95, fazendo com que os partidos sejam responsáveis pela prática de ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes de fontes de recursos vedadas pela legislação eleitoral ou que não tenham sido contabilizados na forma exigida pela legislação. Atualmente, somente as pessoas físicas são responsabilizadas.



4. AUMENTO **DAS PENAS E CRIME HEDION-**DO PARA COR-**RUPCÃO DE AL-TOS VALORES**

Não é fácil descobrir o crime de corrupção. Quando se descobre, é ainda mais difícil provar que ele existiu. Mesmo quando existem provas, é difícil conseguir uma condenação. E, mesmo quando há condenação, ela demora muitos anos e tem a sua pena reduzida. Tudo isso faz com que a corrupção, atualmente, seja um crime de alto benefício e baixo risco.

A proposta prevê que os crimes de corrupção passem a ter penas de 4 a 12 anos. Com isso, corrupção implica, no mínimo, em prisão em regime semiaberto. Também fica mais difícil do crime prescrever, com tal prazo alcançando 12 anos.

A corrupção de valores superiores a 100 salários mínimos passa a ser considerada crime hediondo. não cabendo o perdão da pena. integral ou parcial. A equiparação é ao crime de homicídio, já que a corrupção de elevados valores mata como decorrência do cerceamento de direitos essenciais como segurança, saúde, educação e saneamento básico.

5. MUDANCA DA PRESCRIÇÃO DAS PENAS

Qualquer criminoso tem grandes chances de permanecer impune no Brasil, se tiver bons advogados. Isso se deve ao fato de que o sistema jurídico brasileiro é extremamente lento e, também, devido a várias falhas de artigos do Código Penal, os crimes prescrevem antes que sejam julgados. Com esta proposta, são feitas alterações nos artigos 110, 112, 116 e 117, corrigindo essa lógica distorcida.

6. MAIS RAPIDEZ NAS AÇÕES JUDICIAIS DE CORRUPÇÃO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Sabe aquele ato impregnado de desonestidade e deslealdade que um servidor público comete, que afeta a vida de milhões de cidadãos, mas nunca tem seu autor devidamente responsabilizado? Pois é. esse é um ato de improbidade administrativa. Para que esses atos sejam julgados com mais rapidez e eficiência, a Campanha propõe que se altere a Lei nº 8.429/92, acabando com procedimentos ineficientes e criando-se Varas. Câmaras e Turmas Especializadas nos tribunais para julgar ações de improbidade administrativa e ações decorrentes da lei anticorrupção.

7. FIM DA FARRA DOS **RECURSOS INFINITOS** PARA ADIAR A PENA

Quando o crime é de colarinho branco, grave e complexo, é comum que demore 15 anos em tribunais. mesmo após a condenação. Com diversas alterações no Código de Processo Penal, a Campanha propõe que se possibilite a execução imediata da condenação quando houver abuso do direito de recorrer, medida utilizada para protelar condenações atualmente. Também se propõe que existam metas de eficiência, geração de estatísticas e controle do CNH e CNMP, a fim de que esses órgãos avaliem medidas cabíveis para que os processos criminais durem um tempo razoável.



8. AJUSTES NAS NULIDADES PENAIS

Essa medida propõe alterações nos artigos 563 a 573 do Código de Processo Penal, estabelecendo um maior aproveitamento dos atos processuais, exigindo das partes envolvidas a demonstração de prejuízos gerados por defeitos processuais e inserindo modificações que evitam a insegurança jurídica em relação à pretensão punitiva estatal. Dentre as alterações estão destacadas o aproveitamento máximo dos atos processuais praticados, em caso de omissão será gerado uma preclusão e a impossibilidade de presunção do prejuízo. A lógica do processo contemporâneo é de aproveitamento dos atos e que as nulidades sejam sempre excepcionais.

9. PRISÃO PREVENTIVA PARA ASSEGURAR A DEVOLUÇÃO DO DINHEIRO DESVIADO

Essa medida altera o parágrafo único do Artigo 312 do Código de Processo Penal e cria a hipótese de prisão preventiva para evitar a dissipação de dinheiro ilícito ganho em crimes. Dessa forma, evita-se também que o dinheiro seja utilizado para financiar a fuga do criminoso ou a própria defesa do acusado.

Além disso, a Campanha também propõe alteração que facilita as investigações de crimes graves e se alcance e bloqueie o dinheiro obtido ilegalmente. Os dados das movimentações financeiras são processados eletronicamente, com possibilidade de imposição de multas a bancos que não cumprem ordens judiciais nos prazos determinados.

10. RECUPERA-ÇÃO DO LUCRO DO CRIME

Com essa medida, o patrimônio que o criminoso possui que seja incompatível com o que ele tem de renda legal pode ser tomado pelo poder público, independentemente da responsabilização efetiva ou condenação criminal, que pode não ocorrer por não ser descoberta, por falecimento ou prescrição. Essa medida se assemelha à prática jurídica adotada em países como Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Itália, França e Portugal.



COMO EU POSSO COLABORAR?

Você pode **assinar o Projeto de Lei de Iniciativa Popular na sede ou em uma das subsedes do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC)** ou de outra entidade filiada à Força Sindical do Paraná. Você também pode **acessar o site www.combateacorrupcao. mpf.mp.br/10-medidas** e baixar a folha para assinaturas, que deve ser entregue em uma sede do Ministério Público Federal ou no SMC. Lembre que além da sua assinatura é importante que você leve a proposta para que outras pessoas também assinem.

Endereço do SMC - Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba: Rua Lamenha Lins, 981 - Rebouças | Curitiba-PR | 41 3219-6400





o Brasil, só crime pequeno "dá cadeia". No caso do Paraná, houve, até hoje, apenas 55 crimes de corrupção, todos eles estudados pelo Procurador da República, Deltan Dallagnol, que garante: nenhum de alto escalão. Cometeram crimes de baixo risco e ofereceram propina para o policial fazer vista grossa. Os crimes de colarinho branco têm impunidade praticamente garantida no Brasil, pois ainda que se chegue à exceção da condenação, nosso sistema criminal prevê uma enorme quantidade de recursos que comumente fazem os crimes serem cancelados antes que a Justiça chegue ao final do processo. Acreditando que a mudança deve vir da sociedade, Dallagnol lidera, de dentro do Ministério Público Federal (MPF), a Campanha 10 Medidas Contra a Corrupção, que visa alterar o Código Penal e pôr fim à impunidade.

O que levou à elaboração das 10 medidas contra a corrupção?

Nós percebemos que a nossa atuação não chegava a um resultado útil para a sociedade em todos os casos de réus de colarinho branco. Nós vivemos na Disneylândia dos réus de colarinho branco, que são os ricos e influentes. Aqui é a terra da impunidade da criminalidade de alto escalão, das elites econômica e política.

O que garante essa impunidade no **Brasil?**

O próprio sistema criminal brasileiro, que é disfuncional.

Oue características beneficiam os criminosos?

O corrupto pratica o crime após uma análise de custos e benefícios. Nos custos estão a probabilidade de



Deltan Dallagnol, Procurador da República, especialista em desmantelar esquemas financeiros e líder do Ministério Público Federal na campanha 10 Medidas contra a Corrupção, analisa como o sistema penal brasileiro garante a impunidade para criminosos ricos e influentes, e explica por que o momento atual traz uma oportunidade única para uma verdadeira mudança no país

"As classes trabalhadoras são as que mais sofrem com a corrupção, com sistema de saúde e escolas que não funcionam, rodovias péssimas, tributos maiores e menos direitos"

"Vivemos na Disneylândia dos réus de colarinho branco"

punição, que no Brasil é próxima a zero, e o montante da punição, que no Brasil é irrisório.

O caso da Lava Jato é capaz de resolver o problema da corrupção no Brasil?

As pessoas esperam que depois da Lava Jato nós tenhamos um novo país, mas não é isso que vai acontecer. O caso Lava Jato trata de um tumor, mas o sistema é cancerígeno.

Como atuar diretamente no sistema e não apenas em focos isolados?

Fazendo mudanças na Legislação que desfavoreçam a corrupção. Corrupção e impunidade andam de mãos dadas.

A probabilidade de punição na Lava Jato é irrisória também?

Não, porque a Lava Jato, assim como o mensalão, é um ponto fora da curva.

O que diferencia a Lava Jato de outros escândalos de corrupção?

A atenção concentrada da opinião pública, que faz com que todos os agentes busquem atuar de modo célere e efetivo sobre essa questão.

Não há nenhum caso de condenação por grande corrupção no Paraná?

Não. Isso significa que ela não acontece ou que o nosso sistema não funciona, pois não pune réus ricos e influentes.

Quais são os setores da sociedade mais atingidos pela corrupção?

As classes trabalhadoras são as que mais sofrem com corrupção. São as mais atingidas porque vão ter um sistema de saúde e escolas que não funcionam, estradas e rodovias péssimas, tributos maiores e menos direitos garantidos.

O que as 10 medidas contra a cor-

rupção propõem?

Elas alteram a legislação para que o sistema funcione bem. Caso sejam aprovadas, resolveremos os problemas mais básicos que emperram o sistema de justiça criminal em relação a réus de colarinho branco.

O sistema que garante a impunidade na grande corrupção tem como mudar sem a pressão popular?

Se nós não assumirmos, como sociedade, as rédeas da nossa história, isso não vai mudar. Nós podemos continuar o resto da nossa vida reclamando ou tomar uma atitude, hoje, para termos um futuro diferente. Não temos a ilusão de que pessoas ou órgãos mudarão o nosso país. A mudança só acontece quando a sociedade decide que essa mudança vai acontecer.

Como está sendo o envolvimento da sociedade na batalha contra a corrupção?

Vemos um apoio maciço da sociedade que não aguenta mais corrupção. Hoje as pedras clamam por mudanca.

O Brasil tem maturidade cultural, intelectual e cívica para uma mudança no sistema e na fiscalização da cidadania?

Nunca houve, em 126 anos de República, um cheque à desigualdade e à impunidade como está acontecendo nesse momento. Isso traz para todos nós esperança e um sentimento de empoderamento da população para promover mudanças. As pessoas estão crendo e estão agindo. Ou mudamos agora ou talvez nunca mais mudemos. Temos que decidir o país que queremos para nós e para as futuras gerações.



Paim vai relatar PLC da terceirização na comissão da Agenda Brasil

Em audiência pública sobre a terceirização na Assembleia Legislativa da Bahia, em setembro, o senador Otto Alencar (PSD-BA), presidente da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, anunciou que a relatoria do PLC da Terceirização passa ao senador Paulo Paim (PT-RS). Alencar anunciou já ter conversado com o relator geral da comissão, Blairo Maggi (PMDB--MT). Alencar afirmou ter sido contra o projeto da terceirização desde sua votação na Câmara.



Pesquisa indica decepção com a democracia no Brasil

Desde 2008, o Ibope pergunta à população em idade de votar o quão satisfeita ela está com o funcionamento da democracia no Brasil. Os resultados nunca foram muito favoráveis ao sistema atual, mas iamais haviam sido tão chocantes como o desse mês de setembro. Só 14% dos brasileiros se dizem "satisfeitos" e apenas 1% se dizem "muito satisfeitos" com o jeito que o regime democrático funciona no país.



"Os organismos financeiros internacionais devem zelar pelo desenvolvimento sustentável dos países e não pela submissão asfixiante por sistemas de crédito que, longe de promover o progresso, submetem as populações a mecanismos de maior pobreza, exclusão e dependência" Papa Francisco, durante discurso na Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, nesta sexta - 25/09/2015

Estatuto das Famílias é aprovado pela Câmara dos Deputados

Em reunião tumultuada, a comissão que discute o Estatuto da Família aprovou o texto principal do projeto que define família como união entre homem e mulher. A comissão aprovou o relatório por 17 votos favoráveis e 5 contrários, mas quatro destaques ao texto ainda precisam ser aprovados.

Após a conclusão da votação, a regra é que o projeto siga para o Senado sem necessidade de ser votado pelo plenário da Câmara. Deputados podem, entretanto, apresentar recurso para pedir que o texto seja votado pelo plenário antes de ir

para o Senado.

O parecer do relator do projeto de lei que cria o Estatuto da Família, deputado federal Diego Garcia (PHS--PR), define a família como a união entre homem e mulher por meio de casamento ou união estável, ou a comunidade formada por qualquer um dos pais junto com os filhos.

TERCEIRIZADOS GANHAM MENOS E TRABALHAM MAIS!

AO PL 4330 DA TERCEIRIZAÇÃO

TRABALHAM

GANHAM



FORMAS DE PAGAMENTO: Entrada 25% e taxas de embarque + saldo em até 09x nos cartões AMEX, HIPERCARD, VISA, MASTER e DINERS. Entrada 25% e taxas de embarque + saldo em até 09x com cheques pré-datados, boleto bancário ou débito em conta - IMPORTANTE: Validade: 30 de outubro a 02 de novembro. Valores por pessoa em aptos duplo + taxa. Não inclui taxas de embarque; O valor deverá ser recalculado ao câmbio do dia da compra, consultado no site www.bwtoperadora.com.br; Lugares limitados e confirmação mediante disponibilidade;

* Parcelamento sujeito a aprovação de crédito.

CONDIÇÃO ESPECIAL PARA METALÚRGICO

PARCELE NO SEU
CARTÃO FIDELIDADE
10X SEM JUROS



MAIS INFORMAÇÕES: 41**3242.7690**

HS&B – AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO

Av. República Argentina, 452 Cj. 1504 Água Verde - Curitiba - PR

